

Brexit: de irmãos a primos afastados

- O Acordo Comercial e de Cooperação entre o Reino Unido e a UE evita uma fronteira «dura» na Irlanda e preserva, dentro da UE, a indivisibilidade das quatro «liberdades» do mercado único: o movimento de bens, de serviços, de capital e de pessoas.
- Não evita um aumento das barreiras no comércio de serviços, mas garante que o comércio de bens entre o Reino Unido e a UE decorrerá sem taxas aduaneiras nem quotas. Além disso, fixa um mecanismo para a resolução de disputas embora o Tribunal de Justiça Europeu não tenha qualquer papel nesta situação.
- O acordo diminui o impacto económico do *Brexit* a curto prazo, tanto no Reino Unido como na Europa. Entre os países europeus, o impacto variará em função do vínculo comercial e financeiro com o Reino Unido.

Após um acordo no último momento, o Reino Unido abandonou o mercado único e a união aduaneira com a UE a 1 de janeiro de 2021. Até então, o Reino Unido encontrava-se num período de transição estipulado no *Withdrawal Agreement* (acordo de saída), que tinha oficializado o *Brexit* em fevereiro de 2020 e que abriu caminho às negociações para se chegar a um acordo comercial e de cooperação entre o Reino Unido e a UE e assim evitar uma relação comercial regida pelas regras da OMC, que teriam implicado taxas aduaneiras e outras divergências de índole comercial. Para além de determinar a relação comercial de bens, este acordo afeta também outros aspetos tais como os direitos de pesca no Mar do Norte, o comércio de serviços, o turismo, a participação do Reino Unido em diversos programas europeus (como o Erasmus, por exemplo, no qual o Reino Unido deixará de participar), a segurança, a aviação e muito mais. O documento do Acordo é de 1.246 páginas mas iremos avaliar a seguir os pontos mais importantes.

Comércio de bens e serviços

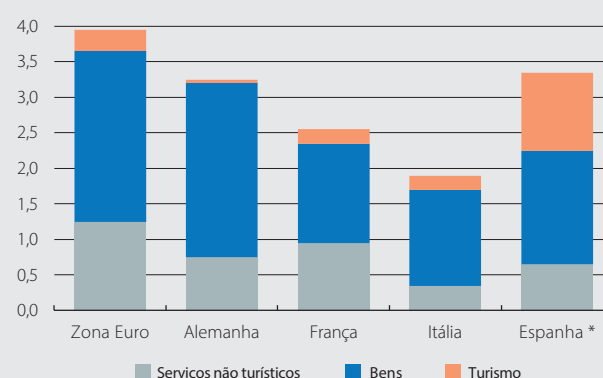
O acordo entre a UE e o Reino Unido pode ser resumido como «um acordo de livre comércio básico». Assegura que não existirão taxas aduaneiras sobre bens quando cruzarem as fronteiras e também não existirão limites ou quotas na quantidade de produtos que forem trocados. Com estas novas regras, a relação comercial será das relações mais estreitas do mundo. No entanto, não evita novos atritos que são significativos comparados com a relação comercial anterior (controles fronteiriços e reguladores, normas de origem¹, requisitos restritos de conteúdo local, etc.).

No âmbito do comércio de serviços, o acordo vai além das disposições da OMC nalguns aspetos (por exemplo, facilita viagens de negócios de curta duração e a transferência temporária de pessoal altamente qualificado), mas não evita um aumento das barreiras, visto não incluir aspetos como o reconhecimento mútuo (automático) de qualificações profissionais ou muitos outros elementos relevantes para o setor financeiro.

Na área dos serviços financeiros, ao saírem do mercado único, os bancos britânicos perderam os seus «direitos de pas-

1. As regras de origem exigem que a origem dos bens (uma % do seu valor acrescentado) tenham ocorrido no Reino Unido ou na UE. Por exemplo, evita que o Reino Unido reexporte para a UE bens importados de outros países que possam entrar no Reino Unido com taxas aduaneiras mais baixas que na UE.

Exportações de bens e serviços para o Reino Unido. Comparação internacional
(% do PIB)



Nota: * Para a Espanha: 2019. Restantes países: 2018.

Fonte: Banco de Espanha («Brexit: situación y consecuencias económicas», dezembro de 2020).

saporte», um mecanismo europeu que permite aos bancos de qualquer Estado-membro abrirem filiais e terem clientes em toda a Europa, sempre que adotem uma série de normas reguladoras e de supervisão relacionadas com os serviços financeiros. Não significa, portanto, que os bancos tenham perdido qualquer acesso à Europa ou vice-versa. Existe um sistema de «equivalência», sob o qual a Europa ou o Reino Unido podem permitir o acesso ao mercado a países terceiros se considerarem que existe «equivalência», ou seja, que as suas leis têm o mesmo espírito ou reciprocidade e atingem o mesmo resultado que o regulamento próprio. No entanto, a facilidade que este sistema proporciona é inferior à facilidade dos passaportes e a «equivalência» terá que ser determinada por cada género de serviço financeiro diferente². Além disso, a Comissão Europeia reserva-se o direito de retirar unilateralmente a concessão no prazo de 30 dias se as condições forem alteradas. Contudo, ao sair da UE, o Reino Unido perdeu acesso a um quadro especialmente estreito e estável de relações financeiras europeias, mas tanto a UE como o Reino Unido estão já no processo de aprovação de «equivalências» nalgumas áreas, processo este que continuará durante os próximos meses e que determinará as relações financeiras entre os dois blocos.

2. Até agora foi dada prioridade à equivalência nas áreas mais importantes para a estabilidade financeira. Por exemplo, já foi acordada a equivalência na área das câmaras de compensação.

Um terreno de jogo igualado

Outro dos elementos fundamentais da negociação era assegurar um terreno de jogo igualado (*level playing field*), uma expressão que descreve um quadro de igualdade de condições para garantir um nível de concorrência justa entre ambas as regiões e evitar alterações de normas e regulamentos em vários âmbitos que poderão resultar numa concorrência desleal. Com a nova relação, o Reino Unido e a UE terão liberdade para manter um elevado nível de proteção em áreas como a proteção do meio ambiente, a luta contra as alterações climáticas, a taxa do carbono, os direitos sociais e do trabalho, a transparência fiscal e as ajudas estatais. Assim, é possível que a médio prazo surjam problemas à medida que os quadros legais e reguladores forem divergindo. Sob o acordo, as duas regiões terão um mecanismo de resolução de disputas mediante o qual poderão adotar represálias se uma das regiões se desmarcar do acordo. Este mecanismo prevê medidas de compensação ou de reequilíbrio, incluindo a suspensão de partes do acordo ou a imposição de taxas. Essencialmente, não haverá qualquer papel no Reino Unido para o Tribunal de Justiça Europeu, uma linha vermelha britânica. As disputas que não possam ser resolvidas entre o Reino Unido e a UE serão enviadas a um tribunal independente.

Pesca

Em matéria de pesca, o Reino Unido e a UE acordaram um novo quadro para a gestão conjunta das reservas de peixes em águas da UE e do Reino Unido. Especificamente, ao longo de um período de transição de 5,5 anos a UE reduzirá gradualmente as suas quotas de pesca em águas do Reino Unido (num total de 25%), com consultas anuais a partir de então.

Turismo e deslocações

O movimento de pessoas entre o Reino Unido e a UE deverá enfrentar algumas barreiras que o tornarão menos fluído. Os viajantes deverão passar controlos de passaporte e os cidadãos do Reino Unido já não poderão utilizar a fila para cidadãos europeus ao entrarem na Europa, o que resultará em esperas mais longas nos aeroportos e fronteiras. Em ambos os casos, serão também exigidos vistos para estadias prolongadas no estrangeiro, geralmente por períodos superiores a 6 ou 12 meses. As normas de imigração (como as licenças de trabalho) serão aplicadas às pessoas que se deslocam entre a UE e o Reino Unido, embora as pessoas da UE que atualmente residem no Reino Unido, e vice-versa, terão provavelmente um período de transição para obterem as autorizações e os documentos necessários.

Ratificação

O acordo foi ratificado pela Câmara dos Comuns do Reino Unido, enquanto a ratificação por parte da UE demorará ainda alguns meses. No entanto, a Comissão Europeia

apresentou o tratado como um acordo exclusivo da UE, com uma aplicação provisória limitada até 28 de fevereiro de 2021. Isto significa que a UE poderá implementar provisoriamente o acordo com a aprovação dos países da UE mas sem o consentimento do Parlamento Europeu. Os eurodeputados disseram que irão analisar o acordo no início de 2021 e esperamos assim uma ratificação final antes que acabe a aplicação provisória.

Receção do acordo e consequências

Os mercados financeiros receberam o acordo sem grandes alterações nas cotações, o que reflete que este acordo esteve em linha com as projeções dos investidores lançadas há algum tempo³. No seu conjunto, como mencionámos anteriormente, trata-se de um acordo básico mas amplo. Além disso, nada impede a continuação das negociações para serem alcançados acordos adicionais e mais extensos em âmbitos que ficaram fora do acordo comercial ou os quais este não aprofunda. Por exemplo, podem continuar a ser negociados novos acordos para voltar a estreitar a relação comercial no âmbito dos serviços financeiros (como comentámos anteriormente, com o acordo alcançado, o setor financeiro britânico perde o passaporte financeiro) ou melhorar a coordenação nos âmbitos de segurança e de troca de dados. Em termos de impacto macroeconómico, o acordo evita perturbações a curto prazo, tanto no Reino Unido como na Europa e embora o *Brexit* pressuponha uma série de novas barreiras não tarifárias ao comércio, ao turismo e a outros âmbitos económicos, a curto prazo estas afetações tornam-se menores devido à COVID-19, visto que a evolução da pandemia continua a ser, de longe, o principal fator que condiciona as economias britânica e europeia. A longo prazo, o acordo fixa uma relação entre o Reino Unido e a UE parecida à qual se previa em cenários intermédios analisados por estudos do Banco de Inglaterra e do Banco de Espanha, os quais projetavam um impacto macroeconómico maior na economia britânica que na economia europeia⁴. Contudo, as suas consequências finais são incertas e dependerão da evolução do comércio entre o Reino Unido e a Europa, da evolução do investimento estrangeiro e da prevalência de Londres como centro financeiro internacional. Na Europa, o impacto será heterogêneo entre as várias economias, pois partem de vínculos comerciais e financeiros díspares com o Reino Unido.

3. A taxa de câmbio entre o euro e a libra não sofreu praticamente alterações no dia do acordo.

4. O estudo do Banco de Inglaterra (<https://www.bankofengland.co.uk/report/2018/eu-withdrawal-scenarios-and-monetary-and-financial-stability>) estimava um impacto entre -1,25% e -3,5% no PIB britânico num horizonte de três anos, enquanto o estudo do Banco de Espanha (<https://www.bde.es/f/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/InformesBoletinesRevistas/ArticulosAnaliticos/20/T4/descargar/Files/be2004-art40e.pdf>) estimava um impacto de apenas -0,4% no PIB da UE.